

MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”: RACIONALIDADE INSTRUMENTAL, SEMIFORMAÇÃO E BARBÁRIE¹

Renata Peres Barbosa²

RESUMO

O atual contexto histórico tem demonstrado avanços na agenda conservadora, como é o caso do movimento “escola sem partido”, que põe em risco o próprio sentido da formação escolar. Esse movimento, que remonta a uma educação “neutra” e “não-ideológica”, tem ganhado visibilidade e força política que incide diretamente no papel da escola e da formação. O programa tem se apresentado nos debates educativos, na defesa de uma suposta neutralidade na educação, contrários ao que denominam de “doutrinação” dos estudantes. O que ocorre, é que os pressupostos desse movimento representam uma crítica aos próprios princípios formativos e emancipatórios, uma ameaça à escola e à educação democrática ao inviabilizar suas potencialidades críticas. Ficamos a mercê de discursos pautados por uma racionalidade instrumental, que ofusca as contradições sociais e suas mazelas, reforçando aquilo que os teóricos frankfurtianos já nos advertiram. Ao considerar que o movimento tem ganhado força através da tramitação de projetos de lei e adentrado nos debates escolares, tal debate incide diretamente sobre temas caros à educação com implicações à escola, envolvendo discussões acerca da função social da escola, do currículo escolar, do papel do professor, entre outros. Nesse sentido, propomo-nos realizar uma análise crítica dos pressupostos do movimento escola sem partido e refletir sobre as implicações e os limites impostos à educação escolar. Pretendemos efetivar um estudo bibliográfico, tencionando em nível conceitual as proposições dispostas pelo movimento “escola sem partido”, tendo como referencial de análise a Teoria Crítica da Sociedade, subsídio ímpar na análise radical dos problemas sem informativos e semiculturais da sociedade capitalista globalizada na qual vivemos.

Palavras-chave: Educação Democrática; Razão Instrumental; Teoria Crítica; Escola sem Partido.

O atual contexto histórico tem demonstrado avanços na agenda conservadora, como é o caso do movimento da “escola sem partido”, que põe em risco o próprio sentido da formação escolar em sua dimensão integral e emancipatória. Esse movimento, que remonta a uma educação “neutra” e “não-ideológica”, tem ganhado visibilidade e força política, que incide diretamente no papel da escola e da formação (FRIGOTTO, 2017).

O movimento “escola sem partido” foi criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, na defesa de uma suposta neutralidade na educação, com a proposta de que o trabalho educativo e a atuação do professor deveriam ser isentos de qualquer viés ideológico, ao considerar que “não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente”, denunciando o que denominaram de “doutrinação” dos estudantes. Nesse sentido, o programa defende que a atividade educativa bem como o trabalho

¹ Projeto de pesquisa apresentado e vinculado ao Deplae – Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, da UFPR - Universidade Federal do Paraná.

² Doutora em Educação. Universidade Federal do Paraná

docente devam se pautar em uma perspectiva técnica e neutra, em que o professor atua como mero instrutor. Para isso, o programa propõe uma cartilha contendo cinco orientações de como os professores devem se portar em sala de aula.

O programa tem ganhado força e visibilidade através da tramitação de projetos de lei nas esferas Federal, Estadual e Municipal, desde o ano de 2014. O primeiro projeto de lei apresentado foi no Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2014, pelo Deputado Estadual Flávio Bolsonaro. Logo em seguida, foi apresentado no município do Rio de Janeiro, pelo Vereador Carlos Bolsonaro e, nacionalmente, ganhou força com a apresentação do Projeto de Lei nº 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), tramitando na Câmara através do PL867/2015 e no Senado pelo PL 193/2016. Atualmente, já foi apresentado em mais de dez estados e no Distrito Federal, tendo sido aprovado no Estado de Alagoas.

Nossa problematização delineou-se a partir desse cenário. Os pressupostos desse movimento representam uma crítica aos próprios princípios formativos, uma ameaça à escola e à educação democrática ao inviabilizar suas potencialidades críticas. Ficamos a mercê de discursos pautados numa racionalidade instrumental, que ofusca as contradições sociais e suas mazelas, reforçando aquilo que os teóricos frankfurtianos já nos advertiram. Como pensar em um trabalho educativo capaz de instrumentalizar os alunos na problematização da formação cultural atual, na esteira da lógica do mercado, estritamente relacionada a práticas excludentes que cristalizam condições de miséria e desigualdades sociais e culturais, a partir de um viés pragmático, de cunho positivista que apregoa a formação em sua dimensão técnica e adaptativa, como é o caso dos pressupostos do movimento escola sem partido? Como falar em direito à educação, em emancipação e liberdade, em direitos humanos, a partir de uma perspectiva que desconsidera as contradições e as lutas sociais?

Ambicionamos sustentar que tais pressupostos legitimam práticas de esvaziamento das potencialidades críticas no interior das escolas, exaurindo os conteúdos objetivos formativos necessários para a resistência aos modos de dominação do mundo administrado, podendo aprofundar ainda mais os problemas que já existem na formação educacional.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Trata-se de um campo minado que vai ao encontro da preservação e conformidade com o *status quo* e merece ser refletido. A ausência de mediação crítica deixa a escola exposta aos ataques conservadores, numa cumplicidade aos mecanismos de discriminação, contrário do que se almeja qualquer atividade formativa. O resultado é a desvalorização da escola e do trabalho educativo, a negação da escola e seus potenciais formativos.

Apresentamos a Teoria Crítica como suporte teórico adequado para escapar das armadilhas conservadoras tão presentes no cenário nacional atual. Trata-se de um recurso teórico apropriado, uma vez que propõe uma teoria crítica da sociedade, das produções sociais, dispondo da autorreflexão sobre as formas abstratas reais de dominação, que tem uma dimensão universal.

Os filósofos frankfurtianos problematizam as agudas contradições da sociedade atual que, em tempos de esclarecimento, ainda reproduz miséria, barbárie, em um processo de frieza e embrutecimento dos sentidos. Na sociedade administrada, os modos de representação do mundo são mediados por modos de dominação, em que se exacerba o empobrecimento do espírito, intensificando o estado de não-liberdade. Dessa forma, percebemos, com esses autores, que as práticas formativas são consentidas por uma racionalidade instrumental que limita a capacidade autor reflexiva e impede a realização de uma práxis fundada numa racionalidade objetiva e crítica, predominando o que o filósofo Theodor Adorno denominou de semiformação.

Na *Teoria da Semiformação* (2010) Adorno sinaliza o caráter pragmático da educação, que não estabelece os vínculos da crise da formação cultural com a realidade pedagógica. Como se pode notar, “os indivíduos, tanto cognitiva quanto afetivamente, são educados para subordinarem-se ao processo de semiformação que impinge a exaltação da adaptação e do conformismo, ou seja, das consciências felizes, em vez do discernimento e do inconformismo” (PUCCI; ZUIN; LASTÓRIA, 2010, p. 05). Desprover o pensamento de seus instrumentos necessários para constituição do conhecimento, tomar a dimensão prática da educação como fim em si mesma, sem considerar os obstáculos culturais, contrasta com as expectativas de uma experiência formativa. Sob a égide da razão instrumental e da semiformação, o esforço pedagógico para responder aos anseios

formativos não pode tomar a verdade e o conhecimento como ficção. Nos limites do dado, a educação segue limitada à autopreservação, à adaptação.

Entendemos assim que a proposta do movimento “escola sem partido” aprisiona ainda mais os indivíduos nos moldes da sociedade administrada, no plano da não-liberdade, privando-os do acesso aos instrumentos conceituais que poderiam promover a tomada de consciência sobre as condições objetivas que os aprisionam.

Desse modo, sustentamos a urgência em opor-se a tais movimentos, para que haja resistência e resgate da dignidade humana e seus direitos, resistência que deve ser acompanhada de uma reflexão mais ampla, de caráter dialético, sendo necessário a confrontação com os potenciais universais de racionalidade e liberdade, como forma de superar os discursos pautados na ordem da estereotipia, que cristaliza discursos e práticas preconceituosas. É preciso munir-se de instrumentos teóricos que reflitam e problematizem sobre os potenciais universais de liberdade. O acesso ao saber sistematizado possibilita o combate ao preconceito, o rompimento com os estereótipos e o desvelamento das contradições sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. Teoria da Semiformação. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. In: PUCCI, ZUIN & LASTÓRIA (orgs). Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2010, p. 7-40.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro, UERJ: LPP, 2017.

MAAR, Wolfgang Leo. Á guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 11-28.

PUCCI, Bruno. A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8 n.1 abril, 2012.

PUCCI, Bruno; ZUIN, Antonio A. S.; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (orgs). Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.